



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE
RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL EM PROTOCOLO DMR PARA USO DA
GUARDA MUNICIPAL**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Área solicitante: Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana

1.2. Modalidade: Abertura de licitação – Contrato

1.3. Processo: 84.143/2025

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de radiocomunicação digital em protocolo DMR, composta por estação base repetidora, estações: móvel, portátil e fixa, console de despacho, acessórios e serviços técnicos, incluindo implantação, manutenção para adequação do sistema de radiocomunicação digital, para atender as necessidades da Guarda Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA SUCINTA DO OBJETO	QTD.	PRAZO DE ENTREGA
01	ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DOS SITES DE COBERTURA	120	30 DIAS CORRIDOS
02	ESTAÇÃO MÓVEL	900	30 DIAS CORRIDOS
03	ESTAÇÃO BASE – CENTRAL DE OPERAÇÕES (CCO)	60	30 DIAS CORRIDOS
04	RÁDIO PORTÁTIL (COM VISOR, GPS, BATERIA RESERVA, CAPA DE PROTEÇÃO E FONE DE OUVIDO COM MICROFONE DE LAPELA)	3000	30 DIAS CORRIDOS
05	CONSOLE DE RÁDIO DESPACHO – CENTRAL DE OPERAÇÕES - CCO - (CONTEMPLA INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE, E TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL)	120	30 DIAS CORRIDOS
06	MICROFONE ALTO-FALANTE REMOTO	3000	30 DIAS CORRIDOS
07	RÁDIO ENLACE DE DADOS	60	30 DIAS CORRIDOS

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”)

3.1. A radiocomunicação desempenha um papel crucial nas principais atividades da Guarda Municipal, possibilitando a comunicação e coordenação, em tempo real, das equipes com a Central de Comunicação (CCom).



3.2. Esta central é responsável pelo monitoramento eletrônico de vias e espaços públicos do município, sendo a locação dos itens e quantitativos descritos, essencial para o desenvolvimento do trabalho da segurança pública municipal.

3.3. O quantitativo tem como base o quadro atual da Guarda Municipal que possui um efetivo de 100 servidores públicos, distribuídos entre o serviço Administrativo, Operacional e Patrimonial

3.4. Deste modo, torna-se imperioso o fortalecimento das atividades da Guarda Municipal, sendo o objeto destinado as atuações operacionais e ostensivas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1 A locação de sistema completo de rádio comunicação digital, serviço limitado privado (SLP), aprovado pela ANATEL, frequência VHF possui as seguintes finalidades:

4.1.1. Maior clareza e qualidade de áudio;

4.1.2. Repetidoras com operação contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, potência mínima de 45 watts, com capacidade de operação multisite;

4.1.3. Possibilitar duas comunicações simultâneas;

4.1.4. Possibilitar formação de grupos de trabalho diferenciados, sem interferência nos outros grupos;

4.1.5. Controle centralizado, através de software de gerenciamento, com capacidade para gravação identificada do áudio de cada comunicação gerada no sistema; identificação operacional de cada equipamento através do software; plotagem georreferenciada da localização da estação, por GPS; envio e recebimento de mensagens para equipamentos com display;

4.1.6. Comunicação de voz organizada por grupo geral; grupo por equipe e seletiva por agente;

4.1.7. Os transceptores móveis e portáteis deverão ser equipados com GPS.

4.1.8. Os rádios portáteis devem ter índice de proteção mínima IP68, e obedecer às Normas MIL810 C, D, E, F e G.

4.2. TECNOLOGIA

4.2.1. O sistema de rádio deverá utilizar modulação digital TDMA em protocolo DMR sendo o mínimo TIER 2;

4.2.2. Ciclo contínuo 24 horas, em potência máxima provida por múltiplos sítios de repetição, com toda infraestrutura necessária, como abrigo, torre, energia e banco de baterias, todos instalados pela CONTRATADA e mantidos durante a vigência do contrato de locação,



conforme projeto elaborado pela CONTRATADA, o qual deverá ser apresentado para a CONTRATANTE;

4.2.3. Nas áreas de cobertura, a qualidade de áudio deverá permitir uma perfeita compreensão de conversação, equivalente a uma qualidade mínima de áudio DAQ 3 (Delivered Audio Quality – Level 3), segundo TSB-88D.

4.3. LEGALIZAÇÃO PERANTE ANATEL

4.3.1. O sistema deverá ser entregue com a Licença de Funcionamento da Estação, ou com o Ato de Outorga da Autorização de Uso de Radiofrequência(s), associada à autorização do Serviço Limitado Privado, em conformidade com as exigências da ANATEL.

4.3.2. A responsabilidade pela programação da frequência dos equipamentos de rádio é do fornecedor, em acordo com a licença emitida pelo órgão federal.

4.3.3. A CONTRATADA realizará o pagamento das taxas federais diretamente a ANATEL conforme valores estabelecidos pelo órgão.

4.3.4. O Sistema de Radiocomunicações Digital deverá atender integralmente aos requisitos da Legislação de Telecomunicações, Resoluções, Normas Técnicas e demais recomendações emanadas pela ANATEL.

4.3.5. Poderão outras normas técnicas nortear o presente objeto, e caso haja divergências normativas prevalecerá a da ANATEL.

4.3.6. Todos os equipamentos do sistema de rádio comunicação digital, deverão estar certificados, licenciados e/ou homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.3.7. O responsável técnico pela execução do projeto deverá obedecer a todas as normas de segurança para a execução dos serviços, se responsabilizando integralmente pelas consequências advindas do não cumprimento da legislação vigente.

4.4. INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO

4.4.1. Os equipamentos devidamente instalados pela CONTRATADA, ativados, calibrados e testados deverão ser entregues na Base da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande, situado na Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações – Fazenda Rio Grande, de segunda a sexta-feira no horário das 8 às 12h e das 13h às 17h.

4.4.2. Para os rádios portáteis a área de cobertura do sistema de rádio comunicação deverá abranger no mínimo 90% do perímetro urbano do município de fazenda Rio Grande e 95% deste perímetro para estação móvel abrangendo na área a ser coberta localidades rurais, com roaming automático, quando houver mais de um site de repetição para a cobertura completa da área.



4.4.3. Os terminais e consoles de despacho na sua totalidade deverão ter números de identificação na rede. A estrutura de numeração deverá ser flexível, possibilitando agregar informações de interesse da CONTRATANTE.

4.4.4. Cada terminal deve possuir um único número de identificação, da mesma forma, todos os grupos de conversação deverão ter números de identificação enquanto cada grupo terá um único ID por grupo.

4.4.5. Em caso de deslocamento do usuário para a área de cobertura de outro sítio de repetição, ele deverá automaticamente desfiliar-se do sítio original, para afiliar-se ao novo sítio de repetição (“roaming”).

4.4.8. Chamada de grupo, chamada privada, chamada de emergência, interconexão telefônica e mensagem de texto deverão ser minimamente permitidas pelo sistema de rádio.

4.4.9. Todos os serviços deverão ser executados dentro dos padrões técnicos e serão supervisionados e rejeitados em caso de não atendimento por norma, especificação e esmero.

4.4.10. Caso haja a necessidade de construir sítios de repetição, toda a estrutura necessária, como abrigo, torre, energia e banco de baterias, todos instalados pela CONTRATADA deverão ser acompanhadas de ART de instalação do sistema, assinada por engenheiro responsável da contratada.

4.5. TIPOS DE CHAMADAS

4.5.1. Uma CHAMADA DE GRUPO deverá ser direcionada a todos os terminais afiliados ao mesmo grupo de conversação, sempre que um usuário deste grupo acione o botão “PTT”, desde que haja recursos não disponíveis no sítio de repetição. O controlador central deverá alocar automaticamente os recursos (canais) necessários em todos os sítios de repetição que tenham algum usuário do grupo de conversação afiliado, de forma todos os usuários deste grupo possam monitorar a chamada. Todos os terminais do Sistema (estações móveis, portáteis, fixas e consoles de despacho) deverão ser capazes de se afiliar em diferentes grupos de conversação, conforme programação e, assim, realizar e receber chamadas nesses grupos. O sistema deverá permitir através de programação nos terminais e controlador central a restrição ou priorização da utilização de sítios de repetição por grupo de conversação, de forma a otimizar os recursos do sistema. O sistema deverá possibilitar a criação de menos 30 grupos de conversação e 15 grupos de anúncio.

4.5.2. CHAMADA PRIVATIVA permite que um usuário realize uma chamada a outro usuário específico, através do número de identificação programado no sistema (“ID”), sendo que, esta chamada não será ouvida por outros grupos ou usuários. O sistema deverá permitir a realização de chamadas privativas, sendo as mesmas restritas a terminais habilitados pelo sistema de



gerenciamento. Deverá ser possível definir prioridade menor de chamadas privativas em relação às chamadas de grupo.

4.5.3. Todos os terminais do sistema deverão ser habilitados para realizar CHAMADAS DE EMERGÊNCIA, as quais terão prioridade máxima no acesso ao canal de comunicação, independentemente da posição na fila de espera e do nível de prioridade. A realização da chamada de emergência será iniciada pressionando-se a tecla “emergência”, que deverá ser exclusiva para essa finalidade, quando será desencadeado algoritmo de comunicação no canal de controle. O evento será sinalizado em 1 ou mais consoles de despacho, mediante emissão de um sinal de alerta visual e sonoro ao operador, indicando a ocorrência de emergência, com identificação do respectivo terminal. Quando a console responder à chamada de emergência, será alocado o canal de comunicação de forma prioritária ao terminal de origem. A chamada de emergência se desenvolverá em grupo especial para esse tipo de chamada ou no próprio grupo de conversação ao qual o terminal estava afiliado, mantendo-se a prioridade máxima para o terminal de origem e a console de despacho que atendeu à chamada. O console de despacho também deverá ser capaz de gerar chamadas de emergência. A chamada de emergência será encerrada por comando via console de despacho, quando os terminais envolvidos retornarão ao seu estado inicial.

4.5.4. Os rádios devem possuir sensor de movimento e/ou inclinação (acelerômetro/giroscópio) que detecte a imobilidade ou queda do usuário por um período pré-determinado, emitindo um alerta sonoro local e enviando um sinal de emergência para outros rádios ou sistema de monitoramento.

4.6. SISTEMA DE LOCALIZAÇÃO (GPS)

4.6.1. Deverá estar preparado para a recepção de dados de localização dos terminais móveis de rádio, com temporização programável o sistema de rádio comunicação.

4.7. MENSAGEM DE TEXTO

4.7.1. Deverá o sistema de rádio ser capaz de encaminhar mensagens curtas de texto de até 128 caracteres, geradas pelos seus consoles de despacho ou quaisquer terminais da rede que sejam equipados com visor e estejam habilitados para esta funcionalidade. Os terminais de destino das mensagens de texto receberão sinal audível característico, indicando existência de novas mensagens.

4.7.2. O Sistema de Rádio deverá notificar o recebimento de mensagens de texto pelos terminais. Caso não haja confirmação de recebimento da mensagem, o Sistema de Rádio deverá ser capaz de reenviar automaticamente a mensagem.



4.7.3. As mensagens deverão ser armazenadas no sistema e nos terminais, para posterior consulta, podendo ser eliminadas via comando do usuário.

4.7.4. Caso o terminal esteja impossibilitado de receber a mensagem de texto, a mesma deverá ser armazenada no servidor por um prazo configurável de 1 a 100 horas, período dentro do qual o Sistema de Rádio deverá enviar a mensagem automaticamente, assim que o terminal esteja afiliado.

4.7.5. O Sistema de Rádio deverá possibilitar a emissão de mensagens dos consoles de despacho para grupos de terminais previamente cadastrados, ou mesmo para toda a rede, através de comando único.

4.7.6. As mensagens de texto padronizadas permanecerão armazenadas para uso oportuno e deverá ser possível a pré-edição e a redigitação se necessário.

4.8. INTERCONEXÃO TELEFÔNICA

4.8.1. A possibilidade de atender chamadas telefônicas e direcioná-los a determinados rádios ou grupos de conversação deverá ser proporcionado pelo sistema, através dos seus consoles.

4.9. FUNCIONALIDADES AVANÇADAS

4.9.1. O sistema deverá permitir a formação de redes temporárias e o reagrupamento dinâmico de terminais, independentemente de ação, programação de ação, a inibição/reabilitação de terminais, mediante comando único no console.

4.9.2. A reprogramação deverá incluir no mínimo a identificação (ID), a frequência e os grupos de conversação.

4.9.3. O sistema deverá ter a capacidade de interoperabilidade, por diversos subsistemas, com outros sistemas de comunicações analógicos.

4.9.4. O sistema terá que contar com redundância crítica em diversos níveis, mantendo o funcionamento da rede em situações adversas, ainda que com redução de funcionalidades, assim os sítios de repetição devem contar com sistema alternativo de energia por dispositivos “nobreak” e banco de baterias, com autonomia mínima de 04(quatro) horas com funcionamento a plena carga, de modo que não haja interrupção na operação do sistema.

4.9.5. O sistema também deverá disponibilizar a produção de relatórios: de desempenho e ocorrências pré-formatados, com conteúdo predefinido; níveis de ocupação de canal, de sítio de repetição e de grupos de conversação; de eventos e ocorrências do sistema; dos terminais e intervenções na rede, como reagrupamento dinâmico e inibição, de interferências, falhas e inoperâncias de modo geral.



4.10. GARANTIA

4.10.1. A garantia deverá ser permanente tendo o prazo de vigência do contrato como referência de igualdade.

4.10.2. Os equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser recolhidos e substituídos, sendo: 24(vinte e quatro) horas para rádios ou consoles; 04(quatro) horas para equipamentos inoperante com repetidora ou propagador; 48(quarenta e oito) horas para os periféricos, baterias, fone de ouvido e PTT.

4.10.3. Os prazos para a substituição do equipamento defeituoso começarão a contar após a notificação à contratada.

4.10.4. Correrá por conta da CONTRATADA, durante todo o tempo de vigência do contrato, as despesas de deslocamento, estadia, alimentação, encargos sociais, peças de reposição.

4.10.5. Não será a CONTRATANTE responsável por equipamentos danificados ou sinistrados por uso contínuo ou desgaste natural.

4.10.6. Não haverá cobertura pela garantia se comprovado mau uso do equipamento e danos provenientes de quedas, choques bruscos, imersão em líquidos e colisão destrutiva, ficando a reposição por conta da CONTRATANTE.

4.10.7. As manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos e no sistema de rádio comunicação, bem como todos os custos de reparos ou substituição de equipamentos, se necessário, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.11. TREINAMENTO

4.11.1. A CONTRATADA deverá primeiramente fornecer treinamento técnico presencial, incluindo o material didático aos servidores indicados pela Guarda Municipal, em local fornecido pela CONTRATANTE.

4.11.2. O treinamento deverá abordar assuntos como: programação dos recursos operacionais de todos os equipamentos; teoria básica de funcionamento; prática de operação, explorando os recursos do equipamento; alinhamento e ajustes para o perfeito funcionamento dos equipamentos, e manutenção básica.

5. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”)

5.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência sugerida é por procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do Tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **GLOBAL**, mediante formalização por meio de **CONTRATO** nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei de Licitações nº 14.133/2021.



5.1.1 A adoção do julgamento global visa assegurar a compatibilidade técnica, funcionalidade sistêmica e padronização tecnológica, fatores imprescindíveis para o pleno desempenho das atividades operacionais e de segurança pública, evitando-se a contratação fragmentada de itens que poderiam resultar em incompatibilidades técnicas, falhas na interoperabilidade e aumento de custos com suporte e manutenção.

5.2. A documentação para finalidade de habilitação está prevista na Instrução Normativa nº 002/2024-FRG, art. 5º I ao VI, sendo elas as relacionadas ao objeto pretendido.

5.3. Nos termos do art. 62 e 66 da Lei nº 14.133/2021, os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, conforme descrito no item 3.3 do Estudo Técnico Preliminar:

- a) Documentação exigida pela legislação vigente e pelo edital;
- b) Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão público ou empresa privada, comprovando a prestação anterior de serviços de locação de equipamentos compatíveis com os ora licitados. Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que cada documento, de forma individual, comprove a execução de serviços de locação compatíveis com o objeto desta licitação, não sendo admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados parciais ou referentes a serviços sem relação direta com o objeto.;

5.3.1. A exigência de qualificação técnica decorre da complexidade do objeto licitado, que envolve a manutenção de um sistema digital de radiocomunicação de uso crítico, com necessidade de interoperabilidade, alta disponibilidade, conformidade com as normas da ANATEL, robustez dos equipamentos, confiabilidade do sinal, e cobertura ampla no território municipal.

5.3.1.1. Essa exigência visa assegurar a eficiência, continuidade e segurança das comunicações operacionais da Guarda Municipal, protegendo o interesse público e mitigando riscos de inexecução ou mau funcionamento do sistema.

5.4. O licitante provisoriamente classificado em **1º lugar** deverá apresentar, no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da declaração de sua classificação, na Base da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande, situado na Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações – Fazenda Rio Grande:

- **Amostra dos equipamentos**, para a realização dos testes de campo.
- **Avaliação de Amostra e Funcionalidade:** a qualidade do sinal, clareza da fonia, abrangência e acionamento da repetidora pelos rádios portáteis serão avaliados, bem como, a comunicação da repetidora com demais periféricos (base móvel, base fixa). Não



serão avaliados testes em comunicação direta “duplex”, somente com comunicação via repetidora;

- **Prova de funcionalidade clara, sem interferências.** Todas as comunicações deverão funcionar com clareza total em todos os testes e em todo o município, sem nenhum ruído ou interferência eletromagnética ou de outras estações. A frequência a ser programada nos equipamentos para a realização do teste será a mesma utilizada pelo Município;

Após a realização e aprovação dos testes declarados satisfatórios pela Comissão designada pela Guarda Municipal, a licitante classificada e aprovada nos testes deverá, no prazo de 15 dias uteis contados a partir da assinatura do contrato e autorização de fornecimento apresentar:

- **Estudo de cobertura**, e indicação dos sites com as respectivas coordenadas, que serão implantados para garantir a cobertura mínima de 95% do perímetro urbano do município para rádios portáteis. Deve estar indicado no respectivo estudo a ferramenta de predição de sinal utilizada e os parâmetros utilizados, em conformidade com as especificações dos equipamentos ofertados;
- **Declaração de local proposto e avaliação técnica para instalação de repetidoras.**
- A Declaração acima deverá ser apresentada juntamente com a comprovação da responsabilidade técnica do engenheiro, que será atestada pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), pelo comprovante de Registro no CREA e pela Declaração de Conformidade com as normas de segurança (NR-10 e NR-35).
- Todas as despesas oriundas ou porventura surgidas para efetuar os testes, correrão por conta da empresa interessada.
- Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes, unicamente, à matriz, ou à filial da empresa que se habilitar para o certame licitatório; ou seja, os documentos devem estar todos em nome de uma única empresa, e portar, além da mesma razão social, um único número de inscrição no CNPJ/MF.

5.4.1. A Comissão será composta pelos nominados abaixo, conforme a Portaria nº 036/2025- – SMDSMU, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 0226/2025 de 01 de dezembro de 2025:

Função:	Nome Completo	Matrícula
Presidente	Alison Andrei de Andrade Hibner	355865
Membro	Alan Dione da Silva	355189
Membro	Celso Antônio Lübke	355179
Membro	Jefferson do Nascimento Ribeiro	351681
Membro	Mateus Socol Machado	363371



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



Função:	Nome Completo	Matrícula
Membro	Ricardo Cordeiro Junior	364228
Membro	Felipe Britto	363374

5.4.2. Justificativa da exigência de amostras:

5.4.2.1. A exigência de amostras visa assegurar que os rádios portáteis atendam às especificações técnicas do edital e possuam qualidade, durabilidade e robustez compatíveis com o uso intenso e as condições adversas das atividades da Guarda Municipal. A avaliação permite realizar testes práticos de desempenho, áudio, alcance e resistência, reduzindo o risco de aquisição de equipamentos inadequados e garantindo comunicação eficaz, segurança operacional e atendimento ágil às ocorrências.

5.5. A contratação observará princípios de sustentabilidade ambiental, conforme o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, considerando os seguintes critérios:

- Preferência por equipamentos duráveis, com baixo consumo de energia, resistentes a intempéries e com certificações IP68 e MIL-STD;
- A empresa contratada deverá providenciar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e componentes eletrônicos substituídos, especialmente baterias e placas eletrônicas, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Os processos de transporte e entrega devem adotar medidas que minimizem emissões de carbono, como rotas otimizadas ou veículos com menor impacto ambiental;
- Sempre que aplicável, deverão ser utilizados materiais recicláveis nas embalagens e observada a política de logística reversa para equipamentos substituídos;
- Incentivo ao uso racional de recursos naturais, com a instalação de sistemas com autonomia energética (ex: nobreaks e baterias recarregáveis com maior vida útil);
- A manutenção preventiva e reaproveitamento de peças integra a estratégia de prolongamento do ciclo de vida dos equipamentos, reduzindo impactos ambientais.

5.6. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5.7. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.8. Justificativa da não participação de empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio e Cooperativas:

5.8.1. A conveniência de admitir a participação destes em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, desde que devidamente justificada conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.2. Nesse sentido afirma o doutrinador Marçal Justen Filho:



“O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto”.

(JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º. ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 465)

5.8.3. Sendo assim, contratar empresas em regime de consórcio não seria mais vantajoso, visto que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que por fim traria riscos para a contratação e geraria graves repercussões para o cumprimento do contrato caso hipoteticamente a empresa tenha seus valores bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

5.8.4. Em relação as Cooperativas afirmamos que permitir a participação delas representaria um desrespeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, conforme prescrito no art. 37 da CF/1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao objeto contratado, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados, dificultando ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

5.8.5. Salientamos que a vedação quanto à participação de consórcio de empresa e das cooperativas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

5.9. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

6. DA ESPECIFICAÇÃO GERAL DO OBJETO E QUANTIDADE ESTIMADA (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, ‘a’, ‘c’, ‘e’ e art. 40, §1º, incisos I, II e III)

6.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de radiocomunicação digital em protocolo DMR, composta por estação base repetidora, estações: móvel, portátil e fixa, console de despacho, acessórios e serviços técnicos, incluindo implantação, manutenção para adequação do sistema de radiocomunicação digital, para a Guarda Municipal que deverá atender as especificações e respectivas quantidades e valores estimados, conforme descrito a seguir:



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DOS SITES DE COBERTURA	Unid.	120
02	ESTAÇÃO MÓVEL	Unid.	900
03	ESTAÇÃO BASE – CENTRAL DE OPERAÇÕES (CCO)	Unid.	60
04	RÁDIO PORTÁTIL (COM VISOR, GPS, BATERIA RESERVA, CAPA DE PROTEÇÃO E FONE DE OUVIDO COM MICROFONE DE LAPELA)	Unid.	3000
05	CONSOLE DE RÁDIO DESPACHO – CENTRAL DE OPERAÇÕES - CCO - (CONTEMPLA INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE, E TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL)	Unid.	120
06	MICROFONE ALTO-FALANTE REMOTO	Unid.	3000
07	RÁDIO ENLACE DE DADOS	Unid.	60

6.1.1 Detalhamento dos itens:

ITEM 01 – ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DOS SITES DE COBERTURA

Equipamento deverá operar preferencialmente em modo digital protocolo DMR ou equivalente na faixa de frequência de VHF: 136-174MHz. Possuir capacidade de no mínimo 64 canais. Atender as seguintes características: Protocolo Digital ETSI-TS 102 361-1,-2,-3. Operar em tensão de operação AC: 100-240 Vac e/ou DC: 13,6V com variação de +/- 15% (integrados) Operar em modo digital de 12.5kHz. Espaçamento de canal 12.5 Khz/20KHz/25KHz. Consumo de corrente em standby: ≤ 0.9 A; Transmitindo: ≤ 12 A Garantir distorção de áudio $\leq 3\%$. Operar em temperaturas de -30°C a + 60°C. Permitir a montagem em rack de 19"ocupando 1U no máximo, facilitando a acomodação com outros equipamentos no local. Deverá possuir porta para conexão IP, tendo a capacidade de aprimorar a área de cobertura com melhor sensibilidade da recepção RX. Possuir tecnologia SNMP3 (Simple Network Management Protocol), garantindo maior segurança dos dados da rede de comunicação. Permitir criptografia digital básica 40 bits. Decodificar criptografia de chave múltipla. Permitir criptografia avançada 128 bits e 256 bits. Já deverá vir com a licença para interligação de site "IPSC (Internet Protocol Site Connect)". Capacidade de operação em modo de canal misto para detectar o sinal receptor e depois alternar automaticamente entre modo analógico e digital. Deverá acompanhar o produto na entrega e instalação o Sistema Irradiante e rack para acondicionamento garantindo o adequado funcionamento e proteção do produto. Itens inclusos para a instalação, (as quantidades deverão estar de acordo com perfeito funcionamento de cada item).



- DUPLEXADOR GRANDE 4 CAV 50W;
- RACK FECHADO OUTDOOR 19 24U X 670 MM PARA PISO;
- BATERIA ESTACIONÁRIA 105A - LIVRE DE MANUTENÇÃO;
- ANTENA FIXA MONOPOLO VERTICAL PLANO TERRA COM GANHO DE 9dBi VHF;
- METROS DE CABO COAXIAL CABO 1/2" (suficiente para as instalações);
- KIT DE INSTALAÇÃO E CONECTORES;

ITEM 02 – ESTAÇÃO MÓVEL

Equipamento deverá operar preferencialmente em modo digital protocolo DMR ou equivalente na faixa de frequência de VHF: 136-174 MHz. Possuir capacidade de até 1024 canais, com 64 zonas. Atender as seguintes características: Protocolo Digital ETSI-TS 102 361-1,-2,-3. O equipamento deverá ter display em LCD de no mínimo 2,4, 8 linhas 320 X 240 pixels e 262000 cores. Possuir tecnologia de cancelamento de ruído com opção para selecionar níveis pré-configurados. Operar em modo digital com espaçamento de canal de 12.5kHz. Possuir espaçamento de canais de 12,5/20 KHz em modo analógico (FM). Potência de saída de RF de 50W com redução para até 5W via software. Ter consumo em standby <0,5A recepção < 2.0A Transmissão em 45/50W <12A. Modulação digital 4FSK: 7K60F1D (preferencialmente dados); 7K60F1E (preferencialmente voz); 7K60F1W (dados e voz). Distorção de áudio ≤3% Ter classificação mínima IP54. Operar em temperaturas entre -30°C a + 60°C. Possuir ESD: no mínimo IEC 61000-4-2 Nível 4. Atendimento às Normas Militares no mínimo MIL-STD-810 G. Possuir bluetooth e wi-fi integrado preferencialmente não sendo necessário o uso de adaptadores externos. Permitir criptografia avançada de 128 e 256 bits. Permitir troncalização de slots. Permitir mensagens de texto de até 64 caracteres pré-definidas. Permitir modo de emergência, roaming, monitoramento remoto e habilitar e desabilitar remotamente. Permitir criptografia básica 40bits. Decodificar criptografia de chave múltipla. Permitir criptografia avançada 128 bits e 256 bits através de licença adicional. Alto falante interno de no mínimo 3W. Deverá ser possível estabelecer uma rede de comunicação de banda estreita (Modo repetidora) sem fio o com menor cobertura. Dotado de GPS (Global Position System) incorporado / GNSS (Global Navigation Satellite System) com precisão horizontal de 5 metros. Deverá possuir tecnologia de cancelamento de ruídos baseada em inteligência artificial para filtrar ruídos de fundo, eliminando ecos e extraíndo a voz humana por filtro, inclusive reduzindo a microfonia, proporcionando com isso um áudio mais claro e nítido para as operações. Deverá possuir interface de rede simples operando em modo direto, com capacidade de expandir o



alcance de comunicação dos rádios por meio de rede IP (Internet Protocol), suportando as seguintes funcionalidades:

- Todas as chamadas de voz (inclusive chamadas de reconhecimento)
- Todos os serviços de dados
- Toda a sinalização

SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO CC

Deverá ser composto por cabo original do fabricante ligado com fusível próprio e diretamente a bateria do veículo independente do sistema acústico visual tipo sinalizadores e sirenes.

O conjunto será constituído de:

- 1 transceptor VHF com modulação digital;
- 1 microfone de mão com tecla "PTT";
- Kit para instalação móvel em veículos (contendo: cabo de alimentação com terminais, porta-fusível e fusível de proteção) com instalação;
- 1 sistema irradiante composto por antena externa para fixação no teto do veículo por meio de furação ou suporte de fixação, tipo antena móvel veicular, a qual deverá estar acompanhada do respectivo cabo coaxial e conector coaxial compatível com o transceptor móvel;
- 1 antena receptora de GPS com o respectivo cabo coaxial e conector compatível com o transceptor móvel, sendo que esta antena será responsável pela recepção dos sinais provenientes dos satélites que farão a localização automática do veículo e demais acessórios necessários à instalação no veículo operacional;

ITEM 03 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – LOCAÇÃO ESTAÇÃO BASE – CENTRAL DE OPERAÇÕES (CCO)

Equipamento deverá operar preferencialmente em modo digital protocolo DMR ou equivalente na faixa de frequência de VHF: 136-174 MHz. Possuir capacidade de até 1024 canais, com 64 zonas.

Atender as seguintes características: Protocolo Digital ETSI-TS 102 361-1,-2,-3. O equipamento deverá ter display em LCD de no mínimo 2.4", 8 linhas 320 X 240 pixels e 262000 cores. Possuir a capacidade de configurar até 7 botões programáveis. Possuir tecnologia de cancelamento de ruído com opção para selecionar níveis pré-configurados. Operar em modo digital com espaçamento de canal de 12.5kHz. Possuir espaçamento de canais de 12,5/20 KHz em modo analógico (FM). Potência de saída de RF de 50W com redução para até 5W via software. Ter consumo em standby <0,5A recepção < 2.0A Transmissão em 45/50W <12A. Modulação digital 4FSK: 7K60F1D (preferencialmente dados); 7K60F1E (preferencialmente



voz); 7K60F1W (dados e voz). Distorção de áudio $\leq 3\%$ Ter classificação mínima IP54. Operar em temperaturas entre -30°C a $+ 60^{\circ}\text{C}$. Possuir ESD: no mínimo IEC 61000-4-2 Nível 4. Atendimento às Normas Militares no mínimo MIL-STD-810 G. Possuir bluetooth e wi-fi integrado preferencialmente não sendo necessário o uso de adaptadores externos. Permitir criptografia avançada 128 e 256 bits. Permitir troncalização de slots, caso necessário em uma expansão. Permitir mensagens de texto de até 64 caracteres pré-definidas. Permitir modo de emergência, roaming, monitoramento remoto e habilitar e desabilitar remotamente. Permitir criptografia básica 40bits. Decodificar criptografia de chave múltipla. Permitir criptografia avançada 128 bits e 256 bits através de licença adicional. Alto falante interno de no mínimo 3W. Dotado de GPS (Global Position System) incorporado / GNSS (Global Navigation Satellite System) com precisão horizontal de 5 metros. Deverá possuir tecnologia de cancelamento de ruídos baseada em inteligência artificial para filtrar ruídos de fundo, eliminando ecos e extraindo a voz humana por filtro, inclusive reduzindo a microfonia, proporcionando com isso um áudio mais claro e nítido para as operações. Deverá possuir interface de rede simples operando em modo direto, com capacidade de expandir o alcance de comunicação dos rádios por meio de rede IP (Internet Protocol), suportando as seguintes funcionalidades:

- Todas as chamadas de voz (inclusive chamadas de reconhecimento)
- Todos os serviços de dados
- Toda a sinalização

Capacidade de coleta de dados do equipamento e transmissão de dados para a plataforma em segundo plano.

SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO CC

Deverá ser composto por fonte de alimentação chaveada 13,8V, 16A contínuo com flutuador, bivolt e cabo de interligação com conector adequado ao equipamento ligado com fusível próprio. O sistema de fonte deverá fornecer carga com cabo de alimentação adequado e fusível adequado para uma bateria estacionária fornecida e com as seguintes características elétricas: 12V nominal. Capacidade de amperagem @ 25°C de 105A Deverá ser composto por uma antena do tipo monopolo vertical plano terra com ganho de 8,15dBi.

ITEM 04 – RÁDIO PORTÁTIL (COM VISOR, GPS, BATERIA RESERVA, CAPA DE PROTEÇÃO, FONE DE OUVIDO E MICROFONE DE LAPELA)

Equipamento deverá operar preferencialmente em modo digital protocolo DMR ou equivalente na faixa de frequência de VHF: 136-174 MHz. Tecnologia IMPRESS. Possuir capacidade de até 1024 canais, com 64 zonas. Atender as seguintes características: Protocolo digital ETSI-



TS102 361-1,-2,-3,-4. Duração da bateria com autonomia de até 28 horas. Possuir tecnologia de cancelamento de ruído com opção para selecionar níveis pré-configurados. Visor, 320 × 240 px, 2.4", 10 linhas de texto. Teclado incorporado. Dotado de GPS (Global Position System). Possuir espaçamento de canais de 12,5/20/25 KHz. Potência de saída de 5W com redução para até 1W. Modulação digital 4FSK: 7K60F1D e 7K60FXD (preferencialmente dados); 7K60F1E e 7K60FXE (voz e dados); 7K60F1W (combinação dados e voz). Distorção de áudio no áudio nominal $\leq 1,5\%$ Resistência contra pó e à prova d'água. Ter classificação mínima IP68. Operar em temperatura de operação entre -30°C a 60°C. Possuir ESD: no mínimo IEC 61000-4-2 (Nível 4) Atendimento às Normas Militares no mínimo MIL-STD-810 G. Possuir bluetooth e wi-fi integrado preferencialmente não sendo necessário o uso de adaptadores externos. Permitir criptografia avançada. Permitir troncalização de slots, caso necessário em uma expansão de rede.

O equipamento deve possuir **função 'Man Down'** integrada, que detecta automaticamente se o usuário sofreu uma queda ou permaneceu imóvel por um período predefinido. Em caso de detecção, um alarme deve ser acionado localmente e um alerta de emergência deve ser transmitido para a central de monitoramento.

O equipamento deverá ter a capacidade de se alocar nos slots livres de forma automática, não sendo necessário o operador fazer a alocação de slot disponível manualmente. Permitir modo de emergência, roaming, monitoramento remoto e habilitar e desabilitar remoto. Permitir criptografia básica. Decodificar criptografia de chave múltipla. Deverá compor o kit rádio portátil, antena, bateria, carregador/fonte, clipe de cintos originais do fabricante, capa de proteção. Cada equipamento deverá estar acompanhado de bateria sobressalente e fone de ouvido com microfone de lapelas originais e compatíveis com os equipamentos rádios portáteis.

ITEM 05 – CONSOLE DE RÁDIO DESPACHO – CENTRAL DE OPERAÇÕES - CCO - (CONTEMPLA INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE, E TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL)

O subsistema de consoles de despacho deverá alocar o número de operadores de despacho, a fim de permitir o controle das diversas redes operacionais, de forma a criar uma rede de comunicação, combinando funcionalidade, flexibilidade e confiabilidade. As consoles de despacho deverão possuir interface gráfica amigável, intuitiva e de fácil operação com textos em português, permitindo a criação e alteração de grupos, chamadas seletivas, chamadas de



grupo, disponibilização de acionamento do PTT por ícone e através de botão específico integrado na mesma tela a fim de facilitar a operação do despachante, possibilidade de integrar o sistema de telefonia, possibilidade de buscar gravações das últimas conversas/chamadas recebidas e realizadas. Deverá possuir tela multitouch de no mínimo 22” que lhe permita através do recurso touch screen, a realização de todas as suas configurações e tarefas, sem a necessidade de utilização de periféricos usuais (teclado e mouse). O subsistema de consoles deverá permitir a integração com os protocolos Analógico e DMR via gateway e/ou via conexão direta com a repetidora, garantindo interoperabilidade entre protocolos a nível de voz com identificação ID. O subsistema de console deverá ter acesso e controle aos 02 slots da repetidora.

LICENÇAS E SOFTWARES

O fornecedor será o único responsável por entregar o subsistema de consoles de despacho com todas as licenças e softwares necessários para o completo e perfeito funcionamento do mesmo. As licenças do Sistema de console de despacho deverão ser vitalícias. Em caso de avaria no hardware instalado, a licença poderá ser transferida e instalada em um outro hardware visando a substituição do equipamento com defeito. As consoles de despacho IP são equipamentos responsáveis por permitir a interação entre os despachantes (central de operações) e a equipe de campo que fazem uso das repetidoras, rádios móveis e rádios portáteis por rádio frequência analógica e ou digital, também integrando com a telefonia através dos ramais SIP oriundos de Central Telefônica Digital, garantindo as funcionalidades presentes nas comunicações de forma rápida e segura. Para isto deve utilizar-se dos mais modernos recursos em hardware e software garantindo a funcionalidade do sistema e apresentar no mínimo, mas não se limitando os seguintes recursos:

- Capacidade de processamento mínimo 8GB RAM da máquina;
- Operação da interface gráfica de usuário deverá ser multi touch permitindo acionar controles em mais de um ponto da tela simultaneamente, sem uso de periféricos (teclado e mouse);
- Tamanho 22” ou maior;
- Resolução da tela: 1920 x 1080 - 60Hz; Monitor com certificação: FCC, CE, RoHS;
- Deve disponibilizar, pelo menos, duas saídas de áudio, com controle de volumes individuais.
- A seleção do canal direciona a monitoração de áudio para o alto-falante selecionado, sendo que os canais não selecionados podem ser monitorados pelo alto-falante secundário;
- Capacidade de integrar-se com central telefônica com protocolo SIP;

Funcionalidades:

- b) Chamada seletiva;



- c) Chamada em grupo;
- d) Criação de grupos conforme necessidade;
- e) Broadcast;
- f) Enviar mensagens de voz pré-gravada para chamada individual, em grupo ou broadcast;
- g) Visualização das últimas chamadas do grupo, no mínimo as 5 últimas;
- h) Permitir troca de mensagens entre console e terminais com as tecnologias que disponibilizarem este recurso;
- i) Realizar interconexões entre terminais de radiocomunicação digitais e linhas telefônicas (SIP) via operador (phone patch);
- j) Interligação temporária entre estações (bridge);
- k) Seleção múltipla de canais, permitindo ao operador acionar várias estações simultaneamente;
- l) Deverá permitir silenciar todo o áudio de entrada exceto o grupo selecionado, se necessário;
- m) Atendimento telefônico, através de soft phone, integrado na mesma tela agilizando a integração das comunicações;
- n) Desvio do comando de voz para o rádio no momento do PTT, sem perder a comunicação com o atendimento telefônico;
- o) Permitir a realização da comunicação entre consoles (intercom);
- p) Deverá permitir acesso a URL pré-determinada pelo administrador do sistema, a fim de permitir o uso de sites no console.

Mapa e Georreferenciamento (GPS/AVL)

A console de despacho deverá permitir a interação em mesma tela ou em tela adicional a verificação de mapa, esta funcionalidade deve estar contemplada para a possibilidade de integração com o posicionamento geográfico dos terminais de rádio;

O referido recurso deverá permitir a construção de “cercas limitadoras” no intuito de registrar e gerenciadas possíveis ocorrências, emitindo alarme no console de despacho;

Sinalização

Indicação visual de chamada presente no canal;

Indicação de canal ocupado, caso outra console, em paralelo, esteja em estado de transmissão;

A ação de transmissão do operador sobre o canal selecionado deve indicar através de medidor na tela, o nível de voz correspondente do operador;

A console deverá apresentar nas telas informações de todas as operações em andamento com no mínimo, mas não se limitando a:

- Estação recebendo;



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE



- Transmissão individual;
- Transmissão simultânea;
- Operação agrupada;
- Chamada não respondida (pendente);
- Estação selecionada;
- Estação monitorada;
- Estação fora do sistema;

Áudio

O hardware deverá possuir 02 alto-falantes conectados ao equipamento;

A console de despacho deverá possibilitar atendimento simultâneo de chamada telefônica e a chamada de rádio, desviando o microfone do fone de cabeça ao pressionar o PTT para o rádio e ao soltar voltar o microfone para a chamada telefônica;

Todos os comandos deverão ser possíveis de serem realizados através de ícones no próprio dashboard, sempre da forma mais rápida;

Controle independente dos volumes do monitorado e selecionado;

Toda a operação/configuração deverá ser possível sem a necessidade de utilização de periféricos como mouse, ou teclado, e deverá permitir ao despachante operar no modo “handsfree” ou “mãos livres”;

Periféricos

Possuir um pedal de PTT (footswitch) robusto;

01 contato, cabo de interconexão à console,

Possuir um headset com design confortável, do tipo cabeça, mono auricular (que atenda aos requisitos

Possuir um microfone de mesa robusto.

Gravação

O sistema de gravação poderá ser virtualizado nos servidores das consoles ou em hardware específico; O sistema de gravação deverá ser fornecido com capacidade de armazenar por no mínimo 90 dias; Deve gravar as comunicações de rádio digitais produzidas no subsistema de consoles; Possibilidade de busca de gravações por filtros, como data, hora, usuário, console, etc. Deve permitir exportar o áudio em arquivos .mp3, wav e etc; Deve gerar relatórios das gravações em extensões como: .doc, .xls, .pdf, etc; Deve permitir a visualização da taxa de ocupação da rede de rádio por estações e por ID dos terminais; Deverá apresentar em formato de gráfico as comunicações para permitir o gerenciamento das estações em tempo real; Deve



permitir o monitoramento do áudio em tempo real; Deve permitir o acesso web para consultas e downloads dos arquivos de áudio;

INSTALAÇÃO

Os equipamentos locados serão entregues instalados de acordo com as normas de segurança em vigor nos locais aprovados no projeto preliminar de instalação seguindo todas as normas aplicáveis para execução, conforme esse termo de referência. Entende-se por instalação aquela que física ou virtual de todos os equipamentos, máquinas, acessórios, insumos (cabos, conectores, tomadas, plugues) necessários para o perfeito funcionamento do sistema, ou seja, a contratante deverá entregar o equipamento em pleno funcionamento, sem gerar custos extraordinários ao da proposta;

CONFIGURAÇÃO

Entende-se por configuração toda a ação de configurar ou parametrizar o sistema de forma que o mesmo atenda os objetivos propostos, bem como o conjunto de equipamentos ou subsistemas arranjados e/ou interconectados para atender ao propósito determinado nesta especificação.

ITEM 06 – MICROFONE ALTO-FALANTE REMOTO

Microfone alto-falante remotos originais e compatíveis com os equipamentos rádio portáteis do item 04.

ITEM 07 – RÁDIO ENLACE DE DADOS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ESPECTRO

Espaçamento de canal configurável em incrementos de 5 MHz, Faixa de frequência de 5 GHz:
4910 – 5970 MHz Largura do canal 5 | 10 | 20 | 40 MHz

6.2. Os objetos desta contratação são caracterizados como bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

6.3. Os quantitativos indicados são estimativos, podendo a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande executá-lo no todo ou em parte, conforme necessidade do serviço, gerenciado pelo setor responsável, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.



6.4. Os quantitativos presentes no termo de referência não criam obrigações futuras de sua locação, os serviços e equipamentos serão solicitados mediante critérios de oportunidade e interesse da administração.

6.5. A contratação vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, dada a natureza contínua do serviço.

6.6. A prorrogação está condicionada a apresentação de relatório favorável da fiscalização do Contrato, com ateste, pela autoridade competente, de que os preços e as condições permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

6.7. A demonstração de que o valor da Contratação para a prorrogação contratual também é ponto importante para que permaneça economicamente vantajoso à Administração, bem como, a manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, assim como, a renovação e/ou complementação da garantia da contratação, se for o caso.

6.8. Em todos os requisitos técnicos ou de qualificação definidos como 'mínimos', a Administração aceitará propostas que apresentem soluções ou condições superiores, desde que estas sejam compatíveis com o objeto licitado, demonstrem clara vantagem e não acarretem ônus adicionais ou inviabilidade técnica para a Administração. Propostas com condições superiores serão avaliadas de acordo com os critérios de julgamento e pontuação estabelecidos no Edital.

7. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “d”)

7.1. O fornecimento do serviço/equipamento, se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

7.2. O serviço/equipamentos deverão ser entregues na Base da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande, situado na Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações – Fazenda Rio Grande, de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

7.3. Não sendo possível o fornecimento do presente objeto no prazo previsto, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE as razões do inadimplemento, com pelo menos 07(sete) dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



7.4. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar as quantidades solicitadas do objeto, conforme demanda determinada pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação de sanções.

7.5. O acondicionamento dos objetos será avaliado no momento da entrega, sendo assim, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados, com aparência duvidosa ou embalagens violadas, não serão aceitos.

7.6. O número da Autorização de Fornecimento/Empenho deverá ser indicado em cada nota fiscal, não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com esta.

7.7. Quando da entrega o Contratado deverá apresentar:

7.7.1. Cópia do Certificado de homologação e de registro da Anatel, das frequências destinadas ao SERVIÇO LIMITADO PRIVADO e dos equipamentos de radiocomunicação, atualizados conforme legislação vigente;

7.7.2. Catálogos e manuais impressos e/ou em formato digital, editados em língua portuguesa, abrangendo todas as funcionalidades dos equipamentos;

7.7.3. Declaração garantindo a interoperabilidade dos equipamentos ofertados;

7.8. As notas fiscais/faturas apresentadas deverão conter descrição completa do produto, juntamente as certidões de regularidade fiscal.

7.9. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

7.10. O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Edital e na proposta.

7.11. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 7(sete) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às expensas desta, sujeitando-se também às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor designado, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

7.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

7.15. Os equipamentos deverão ser novos, primeiro uso, ou primeira vida. Não serão aceitos equipamentos que tenham as suas características de fabricação adulteradas.



7.16. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

7.16.1. A substituição deverá ser solicitada à Secretaria Municipal de Defesa Social – Gestor de Contrato, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item igual à ofertada na proposta vencedora, e a indicação da nova apresentação acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

7.16.2. A nova indicação deverá atender todas as exigências deste Termo de Referência e a inalterabilidade de preço nas substituições da apresentação do item ofertado;

7.16.3. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, fornecedor, Certificados de Aprovação – CA, entre outros.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, incisos II e III)

8.1. A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dela, venha direta ou indiretamente causar a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande ou terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

8.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.2. A Contratante obriga-se a:

8.2.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto do Contrato através de fiscais devidamente designados;

8.2.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir as obrigações assumidas no Contrato;

8.2.3. Informar, previamente, o local de entrega do objeto;

8.2.4. Receber os materiais solicitados, emitindo Atestado de Recebimento na Nota Fiscal/Fatura;

8.2.5. Verificar prazos de validade;

8.2.6. Verificar condições de acondicionamento;

8.2.7. Comunicar a Contratada das imperfeições detectadas no objeto e solicitar as reparações, conforme estabelecido no Contrato;

8.2.8. Proceder os pagamentos devidos à Contratada.



8.2.9. A Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº. 14.133/2021

8.2.10. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.3.1. A Contratada, além da entrega do material, conforme especificado neste Termo de Referência, obriga-se a:

8.3.2. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela administração, em estrita observância das especificações deste termo e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as especificações dos produtos;

8.3.3. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade do material entregue, conforme prevê o código do consumidor e legislação vigente.

8.3.4. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, equipamentos, encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros) e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, comerciais, tributária, securitária ou de outra natureza, mesmo que não expressamente mencionadas, devida em decorrência, direta ou indireta, da execução do Contrato.

8.3.5. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

8.3.6. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº. 14.133/21;

8.3.7. Garantir a troca do objeto licitado se o mesmo apresentar defeitos de fábrica ou constatado equívoco ou má fé na entrega de produto inferior ao produto licitado;

8.3.8. As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente;



8.3.9. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;

8.3.10. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.3.11. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

8.3.12. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, responsabilizando-se pelos danos e prejuízos decorrentes da paralisação na execução do fornecimento dos produtos, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurado na forma da legislação vigente;

8.3.13. Após o fornecimento, se verificadas irregularidades posteriores, a empresa Contratada deverá promover a regularização no prazo máximo de 7(sete) dias corridos a contar da notificação, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.3.14. Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

8.3.15. Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;

8.3.16. Prestar a garantia do objeto, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;

8.3.17. Informar à Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados;

8.3.18. Não divulgar, ou, de qualquer forma, dar a conhecer para terceiros os dados das comunicações dos trabalhos realizados.

9. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”)

9.1. O pagamento será efetuado, mediante o fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Nota Fiscal e Fatura, devidamente atestada pelos servidores competentes e necessariamente pelo Secretário Municipal de Defesa Social.

9.2. A empresa contratada deverá apresentar, mensalmente e obrigatoriamente junto às notas fiscais, os seguintes documentos:



9.2.1. Nota Fiscal, contendo a discriminação, valores dos itens e número da Autorização de Fornecimento e ou Empenho.

9.2.2. Prova de Regularidade conjunta, referente aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil; (Certidão Negativa de Débitos da União)

9.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida; (Certidão Negativa de Débitos Estadual)

9.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida; (Certidão Negativa de Débitos Municipal)

9.2.5. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida; (Consulta Regularidade do Empregador)

9.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

9.3. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal (is) /Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

9.4. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

9.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado (Lei nº 14.133/2021, art. 92, § 3º).

9.6. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.7. O reajuste/reequilíbrio deverá ser pleiteado, protocolizando-o pedido a Secretaria Municipal de Defesa Social – Gestor de Contratos, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

9.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “f”)

10.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou do instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º)

10.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito, via correio eletrônico (e-mail), sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se EXCEPCIONALMENTE, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º)

10.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Alison Andrei de Andrade Hibner, matrícula nº 355.865, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.5.1. A equipe de fiscalização será composta pelos seguintes:

Gestor: Mateus Socol Machado, matrícula nº 363.371865 (Portaria nº 006/2025 – SMDSMU, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 017/2025 de 18 de janeiro de 2025)

Fiscal de Contrato: Alison Andrei de Andrade Hibner, matrícula nº 355.865 (Portaria nº 35/2025 – SMDSMU, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 223/2025 de 26 de novembro de 2025)

Fiscal Suplente: Allan Bruno Silva de Oliveira, matrícula nº 355.186 865 (Portaria nº 35/2025 – SMDSMU, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 223/2025 de 26 de novembro de 2025)

10.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



10.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

10.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou do instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

10.9. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).

10.10. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

11. DOS VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”)

11.1. A pesquisa de preços de mercado foi realizada utilizando todos os parâmetros possíveis. Inicialmente buscamos Contratos de outros órgãos Municipais, Estaduais e Federais, em seguida pesquisamos em sites especializados de fornecedores do ramo de negócio pretendido e ainda enviamos pedido de cotação (orçamento) a fornecedores do ramo do objeto a ser contratado. Obtivemos como resultado de valor mensal (médio) para o serviço de **R\$ 34.306,55** (trinta e quatro mil trezentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), valor anual (médio) para o serviço de **R\$ 411.678,60** (quatrocentos e onze mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), considerando a quantidade pretendida para 60 (sessenta) meses, o valor total estimado desta contratação ficou em **R\$ 2.058.393,00** (dois milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais).

11.2. A tabela a seguir apresenta a análise de custo da solução identificada como adequada para a administração pública utilizando como dados das pesquisas das empresas que prestam o serviço:



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	Contrato nº 03/2025 – DL nº 33/2025 GM AMERICANA - CNPJ: 46.969.952.0001-19	CONTRATO nº 451/2025 – PE nº 247/2025 – MUN. CAMPINAS -CNPJ: 51.885.242.0001-40	CONTRATO nº 058/2025 – PE nº 63/2025 – MUN MACAÉ – CNPJ: 29.115.474.0001-60	MOTORÁDIO CNPJ: 38.060.757.0001-43	DITEC CNPJ: 83.066.118./0001-40	INTER TELECOM CNPJ: 06.936.357/0001-62
01	120	ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DOS SITES DE COBERTURA	R\$ 1.280,49	R\$ 5.600,00	R\$ 997,00	R\$ 2.150,00	R\$ 2.559,00	R\$ 5.000,00
02	900	ESTAÇÃO MÓVEL	R\$ 295,87	R\$ 249,00	R\$ 203,00	R\$ 400,00	R\$ 259,00	R\$ 800,00
03	60	ESTAÇÃO BASE – CENTRAL DE OPERAÇÕES (CCO)	R\$ 338,55	R\$ 249,50	R\$ 204,00	R\$ 650,00	R\$ 439,00	R\$ 1.000,00
04	3000	RÁDIO PORTÁTIL (COM VISOR, GPS, BATERIA RESERVA, CAPA DE PROTEÇÃO E FONE DE OUVIDO COM MICROFONE DE LAPELA)	R\$ 220,20	R\$ 262,50	R\$ 138,80	R\$ 280,00	R\$ 318,00	R\$ 400,00
05	120	CONSOLE DE RÁDIO DESPACHO – CENTRAL DE OPERAÇÕES - CCO - (CONTEMPLA INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE, E TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL)	R\$ 2.044,20	R\$ 1.745,00	R\$ 774,00	R\$ 3.900,00	R\$ 2.392,50	R\$ 3.000,00
06	3000	MICROFONE ALTO-FALANTE REMOTO				R\$ 60,00	R\$ 85,00	R\$ 50,00
07	60	RÁDIO ENLACE DE DADOS			R\$ 274,00	R\$ 900,00	R\$ 156,00	R\$ 3.000,00
Valor Total Mensal			R\$ 22.435,98	R\$ 31.799,50	R\$ 14.005,00	R\$ 36.650,00	R\$ 34.533,00	R\$ 54.500,00
Valor Total Anual			R\$ 269.231,76	R\$ 381.594,00	R\$ 168.060,00	R\$ 439.800,00	R\$ 414.396,00	R\$ 654.000,00
Valor Total 60 Meses			R\$ 1.346.158,80	R\$ 1.907.970,00	R\$ 840.300,00	R\$ 2.199.000,00	R\$ 2.071.980,00	R\$ 3.270.000,00



Assinado digitalmente por ROZINETE MARIA SAROTE, FELIPE BRITTO, Mateus Socol Machado, Alexandre Tramontina Gravena. Verifique autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código JWQ-LZ8-DML-25D.



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MÉDIA VALOR UNIDADE (R\$)	MÉDIA VALOR MENSAL (R\$)	MÉDIA VALOR ANUAL (R\$)	MÉDIA VALOR TOTAL 60 MESES (R\$)
1	120	ESTAÇÃO REPETIDORA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DOS SITES DE COBERTURA	R\$ 2.931,05	R\$ 5.862,16	R\$ 70.345,92	R\$ 351.729,60
2	900	ESTAÇÃO MÓVEL	R\$ 367,81	R\$ 5.517,15	R\$ 66.205,80	R\$ 331.029,00
3	60	ESTAÇÃO BASE – CENTRAL DE OPERAÇÕES (CCO)	R\$ 480,18	R\$ 480,18	R\$ 5.762,12	R\$ 28.810,80
4	3000	RÁDIO PORTÁTIL (COM VISOR, GPS, BATERIA RESERVA, CAPA DE PROTEÇÃO E FONE DE OUVIDO COM MICROFONE DE LAPELA)	R\$ 269,92	R\$ 13.496,00	R\$ 161.952,00	R\$ 809.760,00
5	120	SOFTWARE CONSOLE DE DESPACHO – CENTRAL DE OPERAÇÕES - CCO – (CONTEMPLA INSTALAÇÃO, INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE, E TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL)	R\$ 2.309,28	R\$ 4.618,56	R\$ 55.422,72	R\$ 277.113,60
6	3000	MICROFONE ALTO-FALANTE REMOTO	R\$ 65,00	R\$ 3.250,00	R\$ 39.000,00	R\$ 195.000,00
7	60	RÁDIO ENLACE DE DADOS	R\$ 1.082,50	R\$ 1.082,50	R\$ 12.990,00	R\$ 64.950,00
Valor Total			R\$ 7.505,77	R\$ 34.306,55	R\$ 411.678,56	R\$ 2.058.393,00





12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Fazenda Rio Grande de 2025, em específico da Secretaria Municipal de Defesa Social, conforme abaixo:

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
700	21	001	14	422	0044	2.104	3.3.90.39.00
Fonte		00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000			Valor		R\$ 50.000,00

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
700	21	001	14	422	0044	2.104	3.3.90.39.00
Fonte		00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000			Valor		R\$ 10.000,00

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
704	21	001	14	422	0044	2.224	3.3.90.39.00
Fonte		00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000			Valor		R\$ 275.000,00

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
707	21	001	14	422	0044	2.243	3.3.90.39.00
Fonte		00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000			Valor		R\$ 10.000,00

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
710	21	001	14	422	0044	2.250	3.3.90.39.00
Fonte		00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000			Valor		R\$ 30.000,00

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
710	21	001	14	422	0044	2.250	3.3.90.39.00
Fonte		00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000			Valor		R\$ 2.372,05

13. ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

13.1. A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento dos seguintes:

13.1.1. Das solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

13.1.2. O estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

Além de:

13.1.3. Guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

13.1.4. Não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



13.1.5. Notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, via correio eletrônico (e-mail), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

13.1.6. Fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

13.1.7. Implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

13.2. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, das quais se destacam as seguintes sanções estabelecidas:

13.2.1 Advertência; Multa; Impedimento de licitar e contratar; Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Impedimento de participar de licitações com o Município, no prazo entre 03 (três) e 6 (seis) anos; Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

14.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

14.3. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Pregão devem ser feitos na Guarda Municipal, na Central de Comunicação - CCom, com o servidor **Ricardo Cordeiro Junior**, fone (41)3608-7661, no horário das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs, de segunda a sexta-feira.

Fazenda Rio Grande, 08 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Rozinete Sarote
Técnica em Controle Administrativo
Matrícula nº 349.295

Revisado por:

Felipe Britto
Diretor de Área
Matrícula nº 363.374

Aprovados por:

Mateus Socol Machado
Diretor Geral
Matrícula nº 363.371

ALEXANDRE TRAMONTINA GRAVENA
Secretário Municipal de Defesa Social
Decreto nº 7.651/2025

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

JWQ**LZ8****DML****25D**